

Relatório Anual da Administração

Aos acionistas: A Administração da EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2015, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria tem o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. A Companhia auferiu a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que

demonstram a disponibilidade no exercício foram:

	2015	2014
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,95%	99,98%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2015, a EBTE realizou os projetos: 1. Gestão 2014, 2. Gestão 2015, 3. Arranjos técnicos e comerciais

para inserção da geração fotovoltaica na matriz energética brasileira. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Boards - IASB*, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2015 os resultados da companhia foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	8.058	36.434
EBITDA	31.297	51.257

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Balanco Patrimonial

31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Nota	31/12/15	31/12/14
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	8.796	5.645
Títulos e valores mobiliários	6	6.557	6.459
Contas a receber ativo financeiro	7	49.465	43.780
Dividendos a recuperar		1.821	1.060
Outras ativos		5.504	5.793
		<u>72.143</u>	<u>62.737</u>
Não circulante			
Contas a receber ativo financeiro	7	509.407	494.947
Outros ativos		1.834	2.047
Imobilizado		58	61
Intangíveis		100	123
		<u>511.399</u>	<u>497.178</u>
Total do ativo		583.542	559.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Nota	31/12/15	31/12/14
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	14.292	14.250
Fornecedores		12.121	12.962
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	2.741	2.607
Dividendos a pagar		8.653	4.724
Encargos regulatórios	10	1.259	1.049
Outros passivos		7.932	6.097
		<u>46.998</u>	<u>41.689</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	101.024	114.542
Adiantamento de clientes		1.719	2.061
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	36.834	32.344
Outros passivos		419	419
		<u>139.996</u>	<u>149.366</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	13	263.058	263.058
Reservas de lucro	13	133.490	105.709
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	13	-	93
		<u>396.548</u>	<u>368.860</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		583.542	559.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Nota	Capital social	Reserva legal	Especial para incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		263.058	4.558	-	86.077	-	-	353.693
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	19.890	19.890
Destinação proposta à AGO:		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	995	-	-	-	(995)	(4.723)
Dividendos declarados		-	-	-	-	-	(4.723)	-
Reserva de lucro do exercício		-	-	-	14.079	93	(14.172)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		263.058	5.553	-	100.156	93	-	368.860
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	36.434	36.434
Destinação proposta à AGO:		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	1.821	-	-	-	(1.821)	-
Dividendos declarados		-	-	-	-	-	(8.653)	(8.653)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(93)	-	(93)
Incentivo fiscal		-	-	4.219	-	-	(4.219)	-
Reserva de lucro do exercício		-	-	-	21.741	-	(21.741)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	13	263.058	7.374	4.219	121.897	-	-	396.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (a "Companhia" ou "EBTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de julho de 2008 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olímpadas, 66 - 8º andar - Sala E - São Paulo - SP. A Companhia possui o direito de explorar, diretamente ou seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
01/2008	30	2038	40,614	IPCA

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.918/2015. Acresci- da de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 44.896. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa "Contas a receber - ativos financeiros".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 04 de março de 2016. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pela *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em "valor justo por meio do resultado", enquanto as Contas a receber do ativo financeiro são classificadas como "empréstimos e recebíveis". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Contratos de concessão:** De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não é reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. 3.6.1. Provisões para contingências: As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente. **3.7. Tributação:** 3.7.1. Impostos sobre a receita: As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%; 3,7.2. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia possui o direito de renda e a contribuição social da EBTE são calculados pelo regime do lucro real. A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2020, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração. Diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei

tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.8. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.9. Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. A Companhia reconhece as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma: 3.9.1 Receita de implantação de infraestrutura: A EBTE pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Conseqüentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase. 3.9.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. 3.9.3 Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. 3.9.4 Receita de juros: A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.10. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada: IFRS 9 (Instrumentos financeiros) e IFRS 15 (Receita de contratos com clientes). Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia: - IFRS 14 - Ativos e passivos regulatórios; - Alterações do CPC 19 / IFRS 11 - Contabilização de aquisições em operações em conjunto; - CPC 27/IAS 16 e CPC 04/IAS38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização; - Alterações do CPC 26/IFRS10 e CPC 18/IAS28 - Transferência ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto; - Melhorias anuais das IFRS 2012-2014; - Alterações do CPC 36/IFRS 10, CPC 45/IFRS12 e CPC 18/IAS28 - Entidades de investimento: exceção de consolidação. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/15	31/12/14
Caixa e bancos	74	66
Aplicações financeiras	8.722	5.579
	8.796	5.645

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, a aproximadamente 98,86% do CDI em 31 de dezembro de 2015 (90,00% do CDI em 31 de dezembro de 2014). Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de investimento em renda fixa, possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia manteve saldo de R\$ 6.557 (R\$ 6.459 em 31 de dezembro de 2014), referente à conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

7. CONTAS A RECEBER - ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte com indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2015:

	520.858	51.122
Saldos em 31 de dezembro de 2013	520.858	51.122
Receita de remuneração dos ativos da concessão	51.122	-
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(38.007)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	539.114	51.122
Receita de operação e manutenção	6.415	-
Receita de remuneração dos ativos da concessão	56.347	-
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(43.004)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	558.872	51.122
Contas a receber ativo financeiro - circulante	49.465	-
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	509.407	-
Total circulante e não circulante	558.872	51.122

As contas a receber ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/15		31/12/14	
	Circulante	Não circulante	Total	
Encargos	Principal	Principal	Total	
BNDES (a)	379	11.002	92.597	104.578
BNDES (b)	22	2.889	8.427	11.338
	<u>401</u>	<u>13.891</u>	<u>101.024</u>	<u>115.916</u>
			<u>128.792</u>	

a) Em março de 2010, a Companhia captou o total de R\$ 141.652, os encargos correspondem a TJLP, acrescido de juros de 2,56% ao ano. A quitação ocorrerá em 168 prestações mensais, com vencimentos finais em maio de 2025. b) Em agosto de 2010, a Companhia captou o total de R\$ 23.498, os encargos correspondentes a juros de 4,5% ao ano. A quitação ocorrerá em 102 prestações mensais, com vencimentos finais em novembro de 2019. Em garantias foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Nota	31/12/15	31/12/14
Receita operacional líquida	14	57.184	53.276
Custo operacional			
Pessoal		(2.307)	(2.397)
Material e serviços de terceiros		(2.434)	(3.660)
Custo de implantação de infraestrutura		-	(9)
Outras		(460)	(619)
		<u>(5.201)</u>	<u>(6.685)</u>
Lucro bruto		51.983	46.591
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(576)	(523)
Pessoal e administradores		(150)	(104)
Depreciação e amortização		(50)	(23)
		<u>(776)</u>	<u>(650)</u>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		51.207	45.941
Despesas financeiras	15	(10.468)	(9.095)
Receitas financeiras	15	1.711	1.497
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		42.450	38.343
Imposto de renda e contribuição social	16	(1.527)	(1.719)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 e 16	(4.489)	(16.734)
		<u>(6.016)</u>	<u>(18.453)</u>
Lucro líquido do exercício		36.434	19.890
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,14	0,08
Quantidade de ações ao final do exercício (Lote de mil)		263.058	263.058

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	31/12/15	31/12/14
Lucro líquido do exercício	36.434	19.890
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	36.434	19.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exerc